

[Download PDF](#)



Agência iNFRA
iNFRAEnergia

Brasília, 20 de janeiro de 2025

edição 1.714

Bom dia!

Nesta edição do iNFRAEnergia: [Entrevista: Elbia Gannoum](#) | [Semana](#) | [Diário Oficial](#) | [Agenda](#) | [Monitor](#) | [Fique de Olho](#) | [Clipping](#)

SOLUÇÃO PARA O CURTAILMENT É A ANEEL 'CUMPRIR A LEI', DIZ PRESIDENTE DA ABEEÓLICA

Marisa Wanzeller e Geraldo Campos Jr, da Agência iNFRA

O segmento de energia eólica passou por um "inferno astral" em 2024, na avaliação da presidente da Abeeólica (Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias), Elbia Gannoum, principalmente por conta do curtailment (cortes na produção de energia impostos aos geradores que provocam prejuízos). "Foi o pior ano da eólica para nós", disse a executiva, em entrevista à **Agência iNFRA**.

Para Elbia, a solução para o problema seria a "a ANEEL cumprir a lei" e garantir o ressarcimento dos cortes aos agentes. "É o que está na lei de 2004, que tanto o ambiente de contratação livre quanto o ambiente de contratação regulada sejam tratados do mesmo jeito, porque corte de geração é corte de geração", disse. "Essa inovação da ANEEL foi absurda, na nossa perspectiva", completou a executiva.

Se os geradores precificarem antecipadamente o risco do curtailment, a conta acabará recaindo sobre o consumidor ainda mais cara, explicou ela: "Se eu vou fazer uma usina eólica, mas não tenho

garantia se eu vou gerar e ter receita, vou precificar ex-ante esse eventual corte de geração que pode acontecer e pode não acontecer, mas eu já vou pôr ele no preço e alguém vai pagar essa conta. Esse alguém é o consumidor".

A presidente da Abeeólica também falou sobre a sanção do Marco Legal das Eólicas Offshore (Lei 15.097/2025), e sobre as expectativas para o primeiro leilão de cessão de uso do mar, que pode vir a ocorrer no segundo semestre de 2025. Além disso, apresentou uma perspectiva de retomada de crescimento da indústria eólica no Brasil no médio prazo, após enfrentar uma crise que surgiu na segunda metade de 2023 e eclodiu no último ano. Leia a seguir os principais trechos da entrevista:

Agência iNFRA – O presidente Lula sancionou esse mês o Marco Legal das Eólicas Offshore. Como os investidores estão reagindo a esse momento e quais são as perspectivas?

Elbia Gannoum – Até ano passado eu conversava muito com os investidores porque havia uma percepção de um certo atraso na aprovação da lei. Eu sempre dizia que aprovar uma nova lei é mesmo muito demorado.

Agora, foi muito importante ter sido aprovada ali, porque eu entendia como um limite final para o Brasil. Devido ao contexto internacional, o Brasil precisava se posicionar rapidamente. O mundo todo está fazendo, os recursos são escassos, o capital se direciona para outros mercados. Realmente já não teria mais como segurar os investidores aqui no Brasil.

A demora foi por conta dos "jabutis"(artigos estranhos à lei)?"

A gente sabe que um dos fatores da demora foi essa negociação associada aos jabutis, os artigos estranhos à lei. Que não é de nossa gerência, que também envolve uma complexidade do Congresso muito grande. Mas mesmo com os jabutis, a gente comemorou muito a aprovação. É claro, a gente gostaria que o PL saísse limpo disso, ficasse longe da discussão de jabutis, mas não foi possível.

Eu saí muito feliz do ano de 2024, mas agora vêm outras questões, como a regulamentação e preparação do leilão. Mas eu estou começando o ano de 2025 muito, muito animada com tudo que a gente tem pela frente.

Quando você fala em regulamentação, quais são os próximos passos?

O passo mais fundamental com relação às eólicas offshore é preparar o chamado leilão de cessão de uso do mar. Aliás, o projeto de lei só existiu e a lei só existe porque é necessária uma aprovação legal dada à Constituição para ceder o mar, que é um bem da União, para exploração de recursos energéticos. E aí não é só eólica, pode ser solar, pode ser outras fontes, porque essa autorização não existia.

Nós precisamos fazer um ajuste no decreto que já existe, talvez um novo decreto, aí o MME que é responsável. Um decreto regulamentando essa lei, e portarias regulamentando o decreto, preparando o leilão de cessão de uso do mar.

Quando seria esse primeiro leilão?

Eu trabalho, o setor vai trabalhar, e eu tenho visto isso por parte da EPE, do MME também, para fazer o primeiro leilão de cessão de uso do mar talvez no segundo semestre, de preferência ali próximo a COP 30 (novembro), que vai ser no Brasil.

E quais as expectativas de primeiros investimentos no segmento offshore? Para quando seria isso?

Um leilão já é um investimento, e depois tem os investimentos de estudos para a licença e depois o investimento na construção efetiva do projeto. A construção efetiva não se dá antes de 2028, porque são de dois a três anos para se conseguir a licença.

O que eu acho mais interessante nessas situações é você criar ali uma disposição marginal a investir. Você já deslança uma cadeia de investimentos que vem pela frente. E em um cenário muito diferente: em 2028 a gente vai ter outro Brasil, outro mundo.

Hoje a situação do mercado para a contratação não está boa. Tem sobra de energia, PLD baixo. Mas em um cenário lá na frente em que você está falando de descarbonização da economia, data center, retomada do crescimento econômico, aceleração da transição energética, é outro mundo.

Existem quantos projetos no Ibama esperando licença para projetos offshore? Houve desistências ao longo da tramitação PL no Congresso?

Não, na realidade, os projetos estão lá. Ali tem mais de 200 GW. Imagina se o Brasil vai fazer 200 GW de offshore agora, não tem nem como. É uma sinalização. E a aprovação da lei traz um novo ânimo ao mercado.

Eu, efetivamente, não me preocupo muito com isso. Eu me preocupo mais com a organização desse leilão de cessão, se o ministério vai fazer uma cessão independente, ou se vai fazer uma cessão planejada. Acho que os primeiros leilões terão que ser cessão independente.

O presidente Lula vetou a maioria dos jabutis do Marco Legal das Eólicas Offshore, mas agora o Congresso precisa apreciar esses vetos. Na visão da Abeeólica, é importante a manutenção dos vetos?

Na realidade, manter um veto é sempre importante, falando do ponto de vista institucional, falando do ponto de vista de país. E aí eu não estou falando mais de energia, estou falando de instituições, a relação entre poderes Executivo e Legislativo precisa ser a mais afinada possível. Qualquer tentativa de derrubar vetos, institucionalmente não é bacana. Esse já é um primeiro ponto.

Do ponto de vista de setor, eu noto que a gente precisa pensar num setor descarbonizado. Partir para a transição energética. E a gente sabe que esses jabutis, eles estão indo na contramão da transição.

Nós, da associação, nos juntamos com outras associações, além de impactos tarifários, a questão da descarbonização da economia. E outra coisa, aquela obrigatoriedade de contratação de térmica, tira

todo o mercado de renováveis pela frente.

Eu acho que o setor fez um papel muitíssimo importante de conseguir esses vetos e é mérito nosso. Nós vamos continuar trabalhando para convencer o Legislativo de que é importante que esses vetos sejam mantidos. Mas a nossa ingerência sobre o processo é bem baixa.

Há outro assunto muito falado, o curtailment (corte forçado de geração de energia). No fim de 2024 a ANEEL encerrou uma Consulta Pública e abriu outra, e há uma decisão judicial endereçando soluções sobre isso. Sobre a parte que está na ANEEL, o que vocês estão esperando na condução disso em 2025? E sobre essa liminar, como está isso hoje?

Na realidade, é até importante separar os temas, embora o tema geral seja curtailment. O que a ANEEL fez na consulta pública é diferente do que a gente conseguiu lá no juízo, que é o seguinte: quando a ANEEL fez a regulamentação do curtailment, lá atrás, o escopo do ressarcimento foi bem menor do que aquilo que nós agentes entendemos que seja razoável ser pago.

O que está na lei do setor, que é de 2004, sobre constrained-off ou curtailment, é que o agente não tem gerência sobre a operação do sistema e, portanto, quando ele for determinado a parar de gerar, ele tem que ser ressarcido. Ponto. Acabou. Esse é o dado.

E quando a ANEEL foi regulamentar, ela inovou a lei. Na nossa visão, a ANEEL não cumpriu a lei. Ela fez uma regulamentação que trouxe alguns recortes, criou alguns conceitos ali, e que fere a lei e nossos interesses em termos de ressarcimento. Então, diante dessa decisão, dessa regulação geral que a ANEEL fez, nós entramos com o processo administrativo e na sequência com o processo judicial.

Na justiça a gente conseguiu uma liminar, essa liminar caiu, a própria ANEEL derrubou, e depois nós restabelecemos a liminar. E a ANEEL entrou agora com recurso. É uma briga na justiça do escopo do curtailment. Do espectro mais amplo do curtailment.

E o que está em consulta pública já é detalhamento do escopo pela ANEEL. Agora, existe uma discussão maior, que é o amplo escopo do pagamento do curtailment. Então, são questões distintas.

E para vocês, qual é a solução desse problema?

A solução desse problema é a ANEEL cumprir a lei. É o que está na lei de 2004, que tanto o ambiente de contratação livre quanto o ambiente de contratação regulada sejam tratados do mesmo jeito, porque corte de geração é corte de geração, não interessa se em mercado livre. Essa inovação da ANEEL foi absurda, na nossa perspectiva.

A ANEEL tem que tratar os dois ambientes da mesma forma. Não existe um corte de geração para uma coisa e um corte para outra. Corte de geração é corte de geração.

Esse é o nosso ponto, essas classificações que a ANEEL faz, que é curtailment por segurança, curtailment por não sei das quantas, isso aí não faz sentido. Cortou, cortou.

Essa é a nossa grande briga, a tal da classificação do corte.

Vamos supor que você faz um corte de geração por segurança. Mas foi um atraso de linha. E qual a gerência que eu, gerador, tenho numa linha que a ANEEL licitou e que está atrasada? Porque que eu, gerador, vou ter que pagar por isso?

Um dos pontos levantados é que se ressarcir tudo, o custo vai para o consumidor. Como vocês respondem isso?

Ora, o Brasil quando optou por um Sistema Interligado Nacional, lá atrás, optou por um sistema de otimização para levar a energia elétrica ao consumidor ao menor custo e com a maior segurança possível. É por isso que 99% do nosso sistema é interligado.

E quando a gente olha a experiência de outros locais, Estados Unidos e a própria Europa, a gente sabe que o Brasil acertou muito bem ao escolher esse modelo otimizado. É por isso que a gente tem a matriz elétrica mais limpa do mundo e, do ponto de vista do suprimento, é a energia mais barata do mundo.

Então, essa otimização, ela faz muito sentido para o Brasil. Agora, não dá para você suprir energia para o consumidor com zero risco. Você tem que aceitar algum grau de risco. Se você quer um sistema mais robusto, vai garantir a energia a qualquer custo. E se você quer um sistema mais barato, vai ter que abrir mão da segurança.

O Brasil já tem lições muito importantes de que esse sistema interligado, otimizado, funciona bem, só que ele vai ter um custo. E esse custo, ele tem que ser dividido no sistema, com os consumidores.

Então, eu entendo, acho muito razoável que seja o consumidor que pague pela segurança. Se o operador do sistema mandou desligar, ele mandou desligar por segurança. E quem é responsável por pagar a conta da segurança? É o mesmo cara que tem a garantia de que a energia que está chegando na casa dele. E esse cara é o consumidor.

Imagina se você coloca esse risco de não gerar energia na mão do gerador. É um risco que o gerador vai calcular ex-ante. Se eu vou fazer uma usina eólica, mas não tenho garantia se eu vou gerar e ter receita, vou precificar ex-ante esse eventual corte de geração que pode acontecer e pode não acontecer, mas eu já vou pôr ele no preço e alguém vai pagar essa conta. Esse alguém é sempre o consumidor que paga a conta.

Agora, quando eu adoto um sistema em que você vai pagar o risco ex-post, depois que ele aconteceu, depois que o sinistro aconteceu, você vai pagar efetivamente um problema que aconteceu e não o problema esperado. Então não tem muita racionalidade econômica você alocar esse risco no gerador.

A gente discute muito a respeito do modelo do setor em alocar adequadamente os riscos e os custos. Neste caso de geração de atendimento de sistema, quando você coloca o risco no consumidor, você está garantindo a segurança do sistema para ele, e vai cobrar se eventualmente

acontecer o sinistro.

Quando você joga no colo do gerador, ele vai precificar antecipadamente. Nessa conta, vai ficar mais caro para o consumidor.

No último ano também se falou muito sobre a crise das eólicas. Em que pé está essa situação? Há perspectiva de retomada de crescimento?

A crise das eólicas é um ponto muito relevante e nós começamos a perceber sinais de crise já ali na segunda metade de 2023, foi agravando e aí em 2024 eclodiu essa crise. Ela está muito associada à sustentação da cadeia de produção da indústria eólica brasileira, uma vez que a eólica é 80% nacional.

Nós construímos toda uma cadeia de suprimento que nós precisamos sustentá-la ao longo do tempo. Caso contrário, a gente perde essa cadeia de produção, e o Brasil é um país que precisa se industrializar e está muito empenhado em seguir esse processo de industrialização.

O primeiro sinal foi associado a uma queda natural do mercado, já percebendo de 2022 para cá, pelo movimento da economia brasileira crescendo pouco há muitos anos, isso em algum momento impacta na contratação de energia, tanto que a gente não teve mais leilões robustos como tínhamos no passado.

Outro fator muito importante é aquele efeito pêndulo. Em 2021 houve um grande problema de suprimento, já em 2022 veio água pra caramba, aí o PLD foi lá embaixo. Já que o mercado regulado não contrata tanto, a nossa dependência do mercado livre é muito grande. E o mercado livre, diante de PLD baixo, ele não contrata, ele arbitra no mercado.

E um terceiro fator, que talvez seja o mais grave dele, foi a questão da GD solar. Aquilo que poderia ter de mercado, a GD absorveu, tendo em vista os subsídios muito pesados para a GD solar.

Então esses fatores somados nos trouxeram a conclusão em 2023 e 2024 que a cadeia de produção estava em risco muito grave e levamos isso inclusive ao governo federal. O próprio presidente Lula se interessou para entender, porque afinal de contas é uma indústria que nós construímos e temos muito orgulho dela.

Qual seria a solução para a retomada do segmento, na sua avaliação?

Naquela ocasião, a gente não tinha muitas soluções de curto prazo. Uma crise com essa envergadura, com essa profundidade, você tem poucas soluções de curto prazo. Mas nós colocamos algumas ali importantes, pensando em resultados mais de médio e longo prazo, mas algumas de curto prazo.

Por exemplo, as questões de financiamento. Uma das propostas foi que a gente melhorasse as condições do Fundo Clima. E nós conseguimos essa mudança do Fundo Clima em dezembro. Uma [resolução do CMN \(Conselho Monetário Nacional\)](#) com uma taxa mais adequada. O governo mostrou uma disposição muito grande. Nós falamos ali da importância de fazer as leis, como

Mercado de Carbono, e isso aconteceu também, mas que traz resultados mais de médio e longo prazo.

E no meio do caminho veio o curtailment. Foi um inferno astral 2024 nessa perspectiva de mercado. De um lado, foi bom pela aprovação das leis, mas foi o pior ano da eólica para nós.

E as medidas mais de médio prazo são a retomada do mercado brasileiro, a contratação de hidrogênio, daí a importância de aprovar o PL de hidrogênio verde, os data centers, inteligência artificial, que são coisas que vão vir mais a médio prazo.

Estamos sobrevivendo à crise, tentando ficar com o nariz de fora, porque a gente sabe que a economia brasileira vai voltar a crescer, aliás desde 2023 ela está voltando a crescer. A gente sabe que o Brasil é um grande mercado que tem um grande potencial e essas mudanças estruturais podem trazer aí uma boa retomada.

Agora, vai ser uma retomada sustentada no prazo, nessa lógica de transição energética, nessa lógica do Brasil ser um grande provedor de recursos renováveis para a economia global diante das mudanças climáticas e da necessária transição energética.

E quais são as expectativas para o setor e para o segmento neste ano?

A nossa perspectiva para 2025, e eu estou começando o ano muito animada, é que a gente tem muita lei para regulamentar, tem muito trabalho justamente para criar essa base regulatória para atrair investimentos.

Começamos o ano já com essa perspectiva melhor de fundo clima e de que vai ser um ano de preparação para uma retomada do crescimento da energia renovável no Brasil. Mas não vai ser efetivamente um ano de crescimento ainda porque o crescimento não vem da noite para o dia, porque a gente está falando de infraestrutura, um acontecimento hoje é resultado de uma decisão de dois anos atrás.

Então, uma retomada efetiva, assim, de você ver número dos resultados, só entre 2027 e 2028. Mas é a vida. A gente está falando de infraestrutura, de um país em desenvolvimento e o Brasil precisa fazer umas lições de casa importantes do ponto de vista macroeconômico para retomar os investimentos também.

ANEEL RETOMA REUNIÕES DE DIRETORIA COM PAUTA VOLTADA A DESEMPATES

A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) realiza nesta terça-feira (21), às 9h, a primeira reunião de diretoria deste ano. Acesse a íntegra da pauta [aqui](#). Entre os processos que devem ser deliberados, há 19 empatados, que serão apreciados pela diretora-substituta Ludimila Lima, a fim de desempate.

Dentre os processos, o pedido da Âmbar Energia de impugnação e medida cautelar contra procedimento administrativo da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) por descumprimento de obrigações no âmbito do PCS (Procedimento Competitivo Simplificado), ocorrido em 2021.

Também está empatada parte da proposta de abertura de consulta pública acerca da regulamentação dos efeitos tarifários da quitação antecipada das contas Covid e Escassez Hídrica. Ela dispõe sobre envio de sugestão ao TCU (Tribunal de Contas da União) e à CGU (Controladoria-Geral da União) de abertura de auditoria e sindicância sobre os atos referentes à operação conduzidos pelo secretário de Energia Elétrica do MME (Ministério de Minas e Energia), Gentil Nogueira, no processo de securitização dessas contas.

Outro processo na pauta é o resultado da CP (Consulta Pública) 28/2024, que trata do aprimoramento regulatório para empreendimentos abarcados pela MP (Medida Provisória) 1.212/2024. A medida prorrogou em 36 meses o prazo para entrada em operação de usinas renováveis com descontos nas TUST (Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão) e TUSD (Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição).

A pauta traz ainda proposta de abertura de consulta pública para o aprimoramento da proposta de edital do Leilão 1/2025, de suprimento aos Sistemas Isolados.

A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) realiza reunião de diretoria nesta quinta-feira (23), às 14h, sem destaques na pauta (acesse a íntegra [aqui](#)).

TCU

Esta semana também marca o início das sessões plenárias do TCU (Tribunal de Contas da União) deste ano. A corte de contas reúne-se na quarta-feira (22), às 14h30. Na [pauta](#), destaque para embargos de declaração no processo de acompanhamento da nova política de preços de combustíveis da Petrobras. O relator é o ministro Jhonatan de Jesus.

i | DIÁRIO OFICIAL

Reidi - Portaria 164 da Secretaria Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis aprova o enquadramento no Reidi (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura) do projeto "Projeto Planta de Biometano Igarassú", no município de Igarassú (PE), de titularidade da empresa Valorgás Energia Igarassu I Aluguel de Equipamentos para Sistema de Valorização Energética e Manutenção.

Operação comercial - da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) autoriza o início da operação das unidades geradoras UG1 a UG122 da UFV Assu Sol 4, localizadas em Açu (RN).

Taxa de fiscalização - da ANEEL ajusta e revoga parcelas de taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica atribuídas à Eletrobras.

Rodada Zero - estabelece o procedimento para a redução do montante de royalties em contratos de concessão de exploração e produção de petróleo e gás oriundos da Rodada Zero como incentivo a investimentos na realização de conteúdo local nas atividades de exploração e de produção desses contratos. A publicação foi feita em edição extra do DOU (Diário Oficial da União), na última sexta-feira (17).

i | AGENDA

Lula - O presidente da República participa de reunião ministerial, às 9h, na Residência oficial da Granja do Torto.

Alexandre Silveira - O ministro de Minas e Energia está na Suíça para participar do Fórum Econômico Mundial, que acontece entre terça-feira (21) e sexta-feira (24).

Fernando Haddad - O ministro da Fazenda não tinha compromissos oficiais divulgados na agenda de hoje (20) até o fechamento desta edição.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSTAS LEGISLATIVAS

Não houve movimentação entre as propostas legislativas de interesse do setor que são acompanhadas pelo iNFRAMonitor.

NOVAS PROPOSTAS PROTOCOLADAS

Congresso Nacional

- Veta a isenção do Imposto Seletivo sobre a exportação de bens minerais.



Angra 1 - A Eletronuclear informou que a usina Angra 1 foi desconectada do SIN (Sistema Interligado Nacional) no sábado (18) devido a um problema no sistema de óleo de selagem do Gerador Elétrico Principal. A empresa afirmou que o incidente não afetou a parte nuclear e não representa risco à população, trabalhadores ou meio ambiente. Mais informações [neste link](#).

Reservatórios de usinas - Os reservatórios das Usinas Hidrelétricas do SIN alcançaram 59,2% de capacidade na última quarta-feira (15), nível não registrado desde 2024. Segundo o ministro Alexandre Silveira, recordes na geração de energia eólica e solar contribuíram para o resultado e novas medidas serão adotadas para garantir energia e uso sustentável da água. Saiba mais [neste link](#).

Micro e minigeração distribuída - Em 2024, a adesão à micro e minigeração distribuída de energia no Brasil teve aumento de 8.845,5 MW em potência instalada, segundo a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). Foram instalados 782.897 sistemas, dos quais 782.864 utilizam energia solar fotovoltaica, 29 são termelétricos e quatro produzem energia eólica. Confira o balanço [neste link](#).

Cooperação MME e EPE - A EPE (Empresa de Pesquisa Energética) e o Ibama firmaram um ACT

(Acordo de Cooperação Técnica), na última sexta-feira (17), para integrar esforços no planejamento de linhas de transmissão. Novos leilões e iniciativas estão previstos para fortalecer a segurança energética do Brasil neste ano. Mais informações [neste link](#).

Previsão de carga - A projeção da carga no SIN (Sistema Interligado Nacional) é de crescimento de 2,6% até o fim de janeiro. Segundo boletim do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), referente à semana operativa de 18 a 24 de janeiro, o subsistema Sul deve ter alta de 7,5%, com 14.876 MWmed (megawatts médios). O Norte deve crescer 5,2%, com 7.622 MWmed, e o Nordeste deve apresentar crescimento de 3,1%, com 13.688 MWmed. Já o Sudeste/Centro-Oeste deve crescer 0,6%, com 45.545 MWmed.

Custo da operação - De acordo com o boletim do ONS, o CMO (Custo Marginal de Operação) está em R\$ 31,88 para todos os subsistemas. A íntegra do relatório está disponível [neste link](#).

Reservatórios e afluições - Ainda de acordo com o ONS, as afluições da região Norte devem chegar a 111% da MLT (Média de Longo Termo) até o fim de janeiro. No Nordeste, a estimativa é de que cheguem a 105%. Para o Sudeste/Centro-Oeste, as afluições devem chegar a 97%, e para o Sul, a 76% da MLT. O volume dos reservatórios deve chegar ao fim do mês com capacidade de 78,3% no Norte; 70,7% no Nordeste; 69% no Sul; e 63,6% no Sudeste/Centro-Oeste.

Dados da EPE - A EPE lançou a nova versão do [pacote em R epebpr](#), voltado ao cálculo do Balanço de Potência, avaliando as necessidades do sistema nos picos de demanda. Além disso, na área do PDE 2034 (Plano Decenal de Expansão de Energia 2034), também disponibilizou o [Caso Base](#), com dados de oferta, expansão contratada e retirada de usinas, que conta com arquivos para os modelos Newave e Balanço de Potência.

Vibra compra ações da Comerc - A Vibra Energia informou que foi aprovado o aumento de capital social de R\$ 1,5 bilhão da Comerc, com a emissão de 161.985.792 ações ordinárias. As novas ações foram integralmente subscritas pela Vibra, que deve efetuar a integralização até 30 de janeiro. Com isso, a Vibra agora detém 99,10% do capital social votante e total da Comerc. Mais informações [neste link](#).

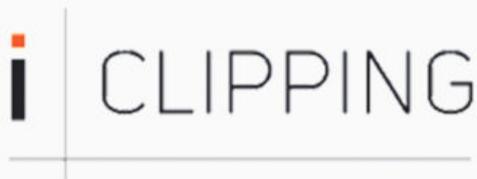
Incentivo fiscal da Coelce - A Colce (Companhia Energética do Ceará) [informou](#) que a diretoria colegiada da Sudene não aprovou o enquadramento do seu Projeto de Incentivo Fiscal para a redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração.

Estudos da EPE - A EPE divulgou o Caderno de Publicações de 2024. O documento reúne os principais estudos sobre petróleo, gás natural e biocombustíveis. Acesse [neste link](#).

Produção de diesel e gasolina - Em 2024, a Petrobras produziu 24,4 bilhões de litros de gasolina e 26,3 bilhões de litros de diesel S-10. Destaque para a Repar (Refinaria Presidente Getúlio Vargas), no Paraná, com 3,5 bilhões de litros de gasolina, e a RPBC (Refinaria Presidente Bernardes), em São

Paulo, com 3,8 bilhões de litros de diesel S-10. Mais informações [neste link](#).

Planta-piloto de etanol - A Raizen [informou](#) que, a partir de 1º de abril, a planta-piloto de etanol de segunda geração (E2G) localizada no Parque de Bioenergia da Costa Pinto, em Piracicaba (SP), terá sua operação recorrente descontinuada. A unidade será transformada em um centro dedicado a testes e ao desenvolvimento futuro de biocombustíveis.



Aumento é impulsionado pela China, responsável por 25 dos 52 reatores construídos desde 2017. (Folha de S. Paulo)

Roberto Monteiro, presidente da companhia que completa dez anos neste mês, afirma que consolidação do setor entre as chamadas petroleiras 'juniors' ainda não terminou e pode abrir oportunidades. (Estadão)

Quitar a dívida nacional com a população amazônica com a exploração da Margem Equatorial e maior emissão de gases efeito estufa é inaceitável. (Valor - artigo)

Companhias como Americanas, IRB, BRF e Vale também são acionadas por minoritários. (Valor)

Dificuldades do setor elétrico brasileiro são fruto de um modelo mal desenhado em que há um distanciamento entre os agentes e a realidade da operação e planejamento. (Opinião, Estadão, domingo)

Crescimento de 14,3 GW no ano é fruto de 30% de incremento nos investimentos, que chegaram a

R\$ 54,9 bilhões, segundo relatório da Absolar; alta foi puxada pela geração distribuída. (Estadão, domingo)

Prio monta equipe para avaliar estreia em leilões de oferta permanente

Certame do gênero da ANP está previsto para o primeiro semestre deste ano. (Estadão, domingo)

Conselho da Petrobras vai avaliar reajuste de preços dos combustíveis sob pressão do governo. (O Globo, domingo)

Projetos vão desde incentivos às fontes com baixas emissões de carbono até a melhoria da eficiência energética das casas, além de pesquisa em novas tecnologias. (Folha de S. Paulo, domingo)

Construção de Angra 3 pode gerar custo extra aos consumidores de até R\$ 61 bi, mostra estudo da EPE

Empresa de Pesquisa Energética calculou quanto os consumidores pagariam a mais em 40 anos em diversos cenários; decisão sobre retomada das obras pode ser sair neste mês. (Estadão, sábado)

Barragem no rio Yarlung Zangbo, que corre para o país vizinho, deve gerar três vezes mais energia que Três Gargantas. (Folha de S. Paulo, sábado)

A empresa aumentou a capacidade das instalações de 92%, em 2023, para 93,2%, no ano passado. (Folha de S. Paulo)

'Privatizar é de longe a melhor solução', escreve Roberto Castello Branco em 'Petrobras: A luta pela transformação'. (Valor, domingo)

Brasil terá de enfrentar questão dos combustíveis fósseis, diz representante climática da Austrália

Kristin Tilley, embaixadora para mudanças climáticas, afirma que os dois países compartilham

características e interesses e podem se tornar parceiros em descarbonização. (Folha de S. Paulo, domingo)

Doug Burgum afirma que a dependência americana de energia renovável prejudicará a segurança nacional e beneficiará a China. (Folha de S. Paulo)

Votorantim lidera o ranking das maiores negociações, com R\$ 1 bi de pagamento ao Cade. (Folha de S. Paulo, sábado)



A **Agência iNFRA** tem o compromisso de entregar, diariamente, notícias sobre os assuntos mais relevantes do setor de infraestrutura no país. Além dos boletins por e-mail, enviamos flashes de notícias urgentes via aplicativo de mensagens. Caso não esteja recebendo, [entre em contato](#).

O **Serviço de Notícias iNFRAEnergia** é destinado a assinantes. Conforme termo de uso, é proibida a distribuição, redistribuição e publicação não autorizada dos conteúdos recebidos dos serviços da **Agência iNFRA**, podendo o responsável ser excluído dos nossos cadastros.

Spam: Para evitar que seu boletim vá para o Spam ou, no caso do Gmail, para a aba de promoções, mova o e-mail para a caixa principal ou salve o endereço **infrajornalismo@agenciainfra.com** em seus contatos.

Imagens: As fotos usadas nesta edição são imagens de divulgação de banco de dados público ou de propriedade da Infra Jornalismo LTDA.

Imagens:

–

Artes:

–

Equipe Agência iNFRA

Sócios-Diretores: Dimmi Amora e Leila Coimbra

Editores: Luana Dorigon, Paula Melissa e Rodrigo Zuquim

Analista: Marisa Wanzeller

Repórteres: Geraldo Campos Jr., Marília Sena e Sheyla Santos

Colaborador: Felipe Moura

Gerente comercial: Joyce Rodrigues

Administração: Paula de Lima

+55 (61) 3247-5841

www.agenciainfra.com

Copyright © 2017 Agência iNFRA, Todos os direitos reservados.

